Tecnicil
indústria

Relatório e Contas

2011

Exmo. Srs. Accionistas,

No cumprimento das obrigações legais, submetemos à vossa apreciação o relatório, o balanço e as contas referentes ao ano de 2011.

Exercício de 2011

Relatório e Contas

Índice

A. Introdução 4

B. Vendas 4

C. Situação económica e financeira 10

D. Perspectivas para 2012 13

E. Considerações finais 14

F. Proposta de aplicação de resultados 15

G. Elementos de prestação de contas 16

H. Relatório e parecer do Auditor Externo e do Fiscal Único 55

A. Introdução

A empresa não atingiu as metas de quantidade fixadas para o ano de 2011. Em termos globais, ela cresceu em volume 6,1% face a 2010, com 18,5 milhões de litros nos dois produtos. As vendas diminuíram 1%, com uma redução face a 2010 de 6,6 milhões de escudos.

Globalmente o mercado cresceu a ritmos menos acelerados no segmento água, tendo registado um crescimento de 9,8% contra os 27,4% registados em 2010, e no segmento refrigerantes desacelerou, tendo registado um crescimento negativo de 15,4% face aos 15,7% positivos de 2010. Finalmente, estes factos vieram a traduzir num ganho de quota de mercado no segmento água, tendo a quota fixado em 59,6% face aos 58,5% em 2010 e uma perda no segmento refrigerantes, onde a quota se fixou nos 23,2% face aos 24,4% de 2010.

Durante o ano de 2011 a empresa criou a marca Kul nos refrigerantes em substituição da marca Trindade e iniciou as vendas de cerveja Sagres e águas Luso em regime de exclusividade, numa parceria com a Central de Cervejas. Os volumes vendidos, dado a dificuldades diversas na operacionalização da operação ficaram ainda aquém do expectável.

B. Vendas

As vendas de água atingiram o volume de 15,7 milhões de litros e as de refrigerantes o volume de 2,7 milhões de litros.

Vendas globais TI - 10^3 litros

Designação	Real	Previsto	(R-P), %	Total, %
Água	15.729,3	15.675,0	0,3	85,1
Refrigerantes	2.726,5	4.404,9	-38,1	14,8
Cervejas	22,2			0,1
Total	**18.478,0**	**20.079,9**	**-8,0**	**100,0**

No segmento da água registou-se um desvio positivo, em relação ao previsto, de cerca de 0,3%, e no dos refrigerantes um desvio negativo de 38,1%, correspondente a cerca de 1,7 milhões de litros.

Quotas mercado água, %

	TI	E_{cv}	E_{pa}	Imp	Total
2010	58,69	10,86	7,23	23,23	100,00
2011	59,63	12,58	7,73	20,06	100,00
Δ%	0,94	1,72	0,50	-3,16	0,00

O volume de vendas no segmento da água cresceu 10% em relação ao ano de 2010, ou seja, de 14,0 milhões de litros para 15,7 milhões de litros, representando um ganho de 1,1% da quota de mercado, que passou de 58,5% para 59,6%, ganho esse que é 0,8 pontos percentuais inferior à principal concorrente nacional, 0,4 pontos percentuais superior ao crescimento da quota

da concorrente sediada em Mindelo e 4,1 pontos percentuais superior à importação.

Quotas mercado refrigerantes %

	TI	E_{cv}	E_{ce}	Imp	Total
2010	24,03	41,86	7,18	26,94	100,00
2011	23,25	48,60	6,58	21,58	100,00
Δ%	-0,78	6,74	-0,60	-5,36	0,00

O volume de vendas no segmento de refrigerantes decresceu 24%, ou seja, de 3,4 milhões de litros para 2,7 milhões de litros, representando uma redução da quota de mercado deste segmento de 1,2 pontos percentuais, que passou de 24,0% para 23,3%. Essa redução é de 7,5 pontos percentuais inferiores à concorrente líder do mercado, 0,2 pontos inferiores à outra concorrente e 4,2 pontos superior à importação.

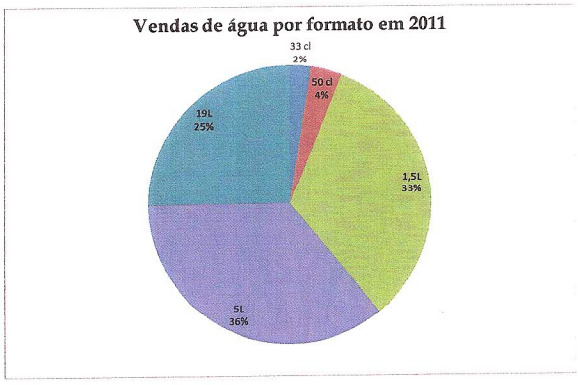
As vendas de cerveja situaram-se em cerca de 22 mil litros, com um valor global de cerca de 6,3 mil contos, e as vendas de água Luso em cerca de 5,9 mil litros, com um valor de 257,7 contos.

1. Vendas de água Trindade

As vendas de água atingem os 15,7 milhões de litros e o valor de 503,3 mil contos, tendo ultrapassado a previsão volumétrica em 0,3% e a financeira em 3,3% (16,1 mil contos). A variação anual é, contudo, significativa e positiva, representando um crescimento de cerca de 1,7 milhões de litros em relação a 2010 (cerca 9,8%).

O preço médio do litro de água vendido em 2011 ascende a 31,9 escudos, superiores aos 31,4 escudos de 2010 e aos 31,5 previstos.

Neste sector não houve qualquer actualização de preço em 2011.



1.1 Vendas por embalagem

Relativamente ao volume de vendas, a embalagem de 5L foi em 2011 a mais vendida com 36% do total. Logo a seguir vem a embalagem de 1,5 litros com 33% e 19 litros com 25% e as restantes embalagens pequenas com 6% das vendas.

Relativamente ao valor das vendas, as embalagens de 1,5L assumem a liderança e representam 34% do valor total das vendas (33% em 2010), as de 5 litros 32% (31% em 2010), os garrafões de 19 litros 21% (22% em 2010) e as pequenas quase 12% (14% em 2010).

1.2 Vendas por ilha

A ilha de Santiago, o maior mercado nacional, representa quase 79,2% do total das vendas no segmento da água.

O segundo maior mercado é a ilha do Sal com quase 11,1%, seguindo-se a Boa Vista com 7,3% e São Vicente com 2,4%.

Note-se que em todos os mercados verificou-se um crescimento positivo das vendas de água, destacando-se a ilha da Boavista com um crescimento de 46%, S. Vicente com um crescimento de 30% e Santiago com 11%. Neste momento, não é possível especificar-se as restantes ilhas dado a algumas alterações efectuadas no sistema e ainda em processo de correcção.

Vendas TI por ilhas (% volume)

Designação	S. Vicente	Sal	Boavista	Santiago	Outros	Total
Água	2,4	11,1	7,3	79,2	0,0	100,0
Refrigerantes	21,7	3,7	3,3	71,2	0,0	100,0
Total	**5,3**	**10,0**	**6,7**	**78,0**	**0,0**	**100,0**

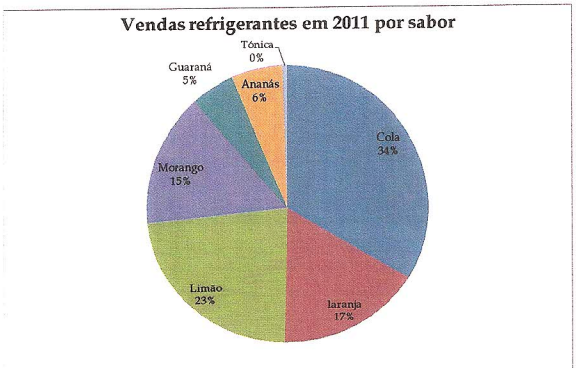
Importa realçar que as falhas de *stock* nas ilhas foram reduzidas ou quase eliminadas com a constituição de *stocks* de segurança.

Vendas agua por ilhas por volume (10^6lts)

Designação	S. Vicente	Sal	Boavista	Santiago	Outros	Total
2010	0,30	1,67	0,78	11,19	0,09	14,03
2011	0,38	1,75	1,14	12,45	0,00	15,73
Δ - Vol	**0,09**	**0,08**	**0,36**	**1,27**	**-0,09**	**1,70**
Δ%	**29,79**	**4,90**	**46,41**	**11,32**	**-100,00**	**12,15**

As vendas na ilha do Fogo continuaram a melhorar, bem como em S. Vicente, fruto da abertura das respetivas delegação e da criação de rotas de distribuição próprias, para além de ter mantido a Copa como cliente.

2. Vendas de refrigerantes

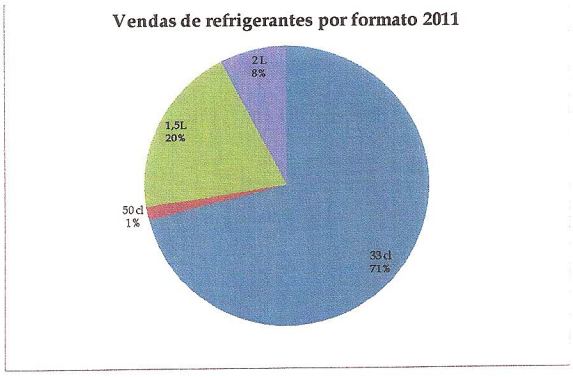


Nos refrigerantes, a ilha de Santiago também representou durante o ano o maior mercado com 71% das vendas, seguida de S. Vicente com 22% (um crescimento de 3%), do Sal com 4% e da Boavista com 3%. Pela mesma razão acima exposta, não é possível neste momento especificar as restantes ilhas. Denota-se um abaixamento em cerca de 1% do peso de Santiago com relação às restantes

ilhas, enquanto S. Vicente aumentou o seu peso em cerca de 4%, e Boavista e Sal mantiveram as posições quase inalteradas.

2.1. Vendas por formato e sabor

As vendas, por volume, dividem-se em 34% para Cola (32% em 2010), 17% para laranja (21% em 2010), 23% para limão (28% em 2010), 5% para guaraná (8% em 2010), 6% para ananás (7% em 2010), 15% para morango (4% em 2010; lançado em Setembro) e para tónica com quase 0,5% (lançado em finais de Novembro 2010). Os maiores produtos continuam sendo a Cola, o Limão e a Laranja, por essa ordem.



Nas embalagens, o 33cl continua sendo o produto mais vendido, tendo perdido quota com referência a 2010 em 7%, passando de 78% em 2010 para 71% em 2011. Segue na lista o formato 1,5 L com 15%, o 2L com 8% e o 0,5L com 1%. Note-se que o formato 0,5L foi descontinuado em meados do ano por não ter conquistado aceitação no mercado.

2.2. Vendas por Ilhas

Vendas refrigerantes por ilhas por volume (10^6lts)

Designação	S. Vicente	Sal	Boavista	Santiago	Outros	Total
2010	0,64	0,14	0,10	2,42	0,07	3,38
2011	0,59	0,10	0,09	1,94	0,00	2,73
Δ - Vol	**-0,05**	**-0,04**	**-0,01**	**-0,48**	**-0,07**	**-0,65**
Δ%	-8,07	-27,47	-8,39	-19,77	-100,00	-19,23

A Ilha de Santiago representa quase 71% do mercado de refrigerantes da empresa, decresce quase 20%, representando uma diminuição em volume de quase 500 mil litros. S. Vicente, que terminou o ano em segundo lugar, decresceu 8%, seguido do Sal com 27% e da Boavista com 8%.

3. *Aspectos de concorrência e preços*

Mercado de importação por ilhas 2011 (% volume)

Designação	S. Vicente	Sal	Boavista	Santiago	Outros	Total
Água	66,7	12,7	0,8	18,0	1,9	100,0
Refrigerantes	21,5	2,5	0,3	75,6	0,0	100,0
Total	43,4	7,7	0,6	32,8	1,0	85,5

A importação continua centralizada nas ilhas de Santiago e de São Vicente, tanto nas águas como nos refrigerantes.

Nas águas, São Vicente lidera o mercado com 67% do volume (3,5 milhões de litros), contra os 58% de 2010, seguido do Santiago com 18% (0,9 milhões de litros), 17% em 2010 e do Sal com 13% (0,7 milhões de litros), 23% em 2010. A diminuição do peso relativo de Santiago nesse conjunto tem a ver com o crescimento das vendas da produção nacional, liderada pela Tecnicil Indústria e consequente diminuição da importação.

No domínio dos refrigerantes, Santiago lidera com uma quota de 76% (76% em 2010) do volume contra os 22% (21% em 2010) de São Vicente. As restantes ilhas não têm expressão nesse mercado, representando no conjunto cerca de 2%.

Durante o ano presenciou-se o lançamento no mercado, em Janeiro, da marca Bonatura, apresentada em copos de 33cl e em embalagens Bag-in-Box de 10 e 5 litros, produto que teve aceitação no mercado. Desconhecemos ainda os volumes de vendas desta marca.

Para além do acima exposto, as concorrentes exerceram uma forte acção no mercado, em marketing e promoções, e que teve a sua tradução em vendas,

Mercado de bebidas refrescantes (%)

Designação	Tecnicil	Cavibel	Ceris	Purágua	Importação	Mercado
Água	59,7	12,6	0,0	7,7	20,0	100,0
Refrigerantes	23,2	48,6	6,6	0,0	21,6	100,0
Total	**48,5**	**23,7**	**2,0**	**5,3**	**20,5**	**100,0**

como se constata da sua performance no mercado ganhando quota tanto no segmento da água como no dos refrigerantes.

A maior concorrente nacional continuou a sua política de descontos e de compra de exclusividades em pontos de vendas, exercendo por esta via uma forte pressão aos produtos da Tecnicil Indústria com realce para os refrigerantes.

3.1.Água

No domínio das águas, a maior concorrente da Tecnicil Indústria, que termina o ano com 59,7% do volume do mercado, é a importação que globalmente termina o ano com cerca de 20% do volume.

As outras concorrentes nacionais representam respectivamente 13 e 8%. A Tecnicil Indústria continua a liderar o mercado das bebidas refrescantes, fruto do peso do volume de vendas no sector das águas, com 49% do mercado contra 24% da sua melhor concorrente nacional e 21% da importação. As duas concorrentes nacionais pertencentes ao mesmo grupo perfazem no conjunto 26% desse mercado.

O valor médio CIF das importações subiu quase 8% (contra os 30% de diminuição em 2010) para os 19,9 escudos por litro (18,4 em 2010). Apesar disso, o preço dos produtos importados continuam a pressionar a produção local.

O preço médio de venda da água praticado em 2011pela Tecnicil Indústria foi de 31,9 escudos por litro contra os 31,4 escudos por litro do ano transacto, correspondente a 60,3% (69,6% em 2010).

Durante o ano não houve alteração nos preços mas a política de descontos da empresa foi alterada tendo sido introduzido um sistema de descontos por volume e em produtos mais incentivadora do que nos anos transactos.

3.2.Refrigerantes

No domínio dos refrigerantes a Tecnicil Indústria termina o ano com uma quota de 23,3% contra os 48,6% da concorrente líder, 6,6% da outra concorrente nacional e 21,6% da importação. No ano anterior, as quotas foram de, respectivamente, 24,0% para a Tecnicil Indústria, 41,9% para a concorrente líder, 7,2% para a outra concorrente e 26,9% para a importação.

A concorrência neste segmento é sentida tanto na importação como na restante produção nacional. Continua a tendência da Tecnicil Indústria iniciada no ano transacto para a perda de quota neste segmento.

O valor CIF das importações passou de 70,6 escudos por litro em 2010 para 81,8 escudos por litro em 2011, representando uma aumento substancial no preço médio de importação de 11,2%, o que contribuiu para reduzir a pressão dos preços nos produtos nacionais. Os refrigerantes de baixo custo baixaram preço no mercado em quase 11% apesar deste facto.

O preço médio de venda dos refrigerantes da Tecnicil Indústria foi de 85 escudos por litro, contra os 90,7 escudos por litro de 2010, representando um diminuição média de 6,3% sobre o preço de 2010 e superior ao preço médio de importação em 4%.

4. Produção

Na área da produção as preocupações estiveram voltadas para a performance e a eficiência do sistema produtivo. Assim, no final do ano o indicador de eficiência do sector produtivo indicava uma eficiência global de 64% na linha de água contra os 45% iniciais e na linha de refrigerantes indicava uma eficiência global de 60% contra as 45% iniciais.

No momento em que se elabora este relatório, as eficiências das duas linhas já se encontram nos 75 e 66% respectivamente para água e refrigerantes.

Acções diversas no sentido de estabelecer indicadores visando medir a eficiência dos diversos subsectores da produção encontram-se neste momento em curso no quadro de uma consultadoria contratada pela empresa.

5. *Qualidade*

Na área da qualidade deu-se continuidade à implementação de medidas que visem a obtenção futura de outras certificações nomeadamente a ISO9001.

Auditorias no âmbito da certificação ISO22000 e da auditoria Oliver Rodés foram realizadas com sucesso, tendo a empresa merecido nota positiva de ambas as autoridades e as certificações renovadas por mais um ano.

6. *Recursos humanos*

Ao contrário de 2010, houve um aumento do número de efectivos na empresa em 6 trabalhadores, contribuindo para este facto, essencialmente, a Direcção Comercial. De uma forma geral, verificaram-se 17 entradas e 11 saídas, de acordo com o quadro em baixo, tendo a empresa terminado o ano com 105 trabalhadores, contra os 99 do ano 2010. A média durante o ano de 2011 foi de 103 trabalhadores, igual a 2010.

Mobilidade de pessoal

Departamento	Entradas	Saídas
Direcção Comercial	12	8
Direcção Produção	2	1
Direcção Financeira	3	2
Direcção de Qualidade		
Total	17	11

C. *Situação económica e financeira*

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados das actividades desenvolvidas e alcançadas pela Tecnicil Industria, bem como a situação patrimonial e financeira à data de 31 de Dezembro de 2011, com os indicadores a evidenciarem uma evolução negativa quando comparada com os resultados do ano anterior.

1. *Rendimentos*

Os rendimentos totais atingiram o montante de 755,51 mil contos, correspondente a uma variação negativa de 2,8%, face ao ano de 2010 que se situou em 777,6 mil contos.

As vendas do ano totalizaram 741,0 mil contos contra os 747,7 mil contos do ano anterior, registando um crescimento negativo de 0,9%.

2. *Gastos*

Os gastos continuaram a crescer, contrastando com o ligeiro decréscimo das vendas, tendo atingido os 6%, face ao ano anterior, ou seja, passaram de 698,7 mil contos para 740,5 mil contos, distribuídos, essencialmente, pelas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos com 30,8%, Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas (GMVMC) 29,3%, Depreciações e Amortizações 17,2%, Gastos com Pessoal 14,2%, e os juros e perdas similares com 4,98%.

De uma forma global esses aumentos resultam dos efeitos conjugados do (i) aumento dos custos de matérias-primas acarretado, principalmente, pela taxa ecológica, (ii) dinâmica comercial levada a cabo no corrente ano e outros investimentos efetuados no corrente ano e em anos anteriores, refletidos nas principais rubricas conforme a seguir se indica:

2.1 Gastos com os FSE's

Os gastos com Fornecimentos e serviços externos acusaram uma diminuição em cerca de 1%, justificado, essencialmente, pelo efeito conjugado do (i) aumento de Transporte de inventário (2,7%), Publicidade e propaganda (7,8%), Outros fornecimentos (26%), Combustíveis e outros fluidos (46,4%) e Vigilância e segurança (29,9%) e (ii) diminuição de Conservação e reparação (8,8%,), Estudos e pareceres (9,3%) e rendas e alugueres (28,1%).

2.2 Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas

O Gasto das mercadorias vendidas e matérias consumidas, totalizou 216,8mil contos, contra 193,1 mil contos de 2010, traduzindo um aumento de 12,3%. A justificação tem a ver com o crescimento das vendas em volume e consequentemente o aumento do custo das matérias-primas, nomeadamente, embalagens, resultante do adicional da taxa ecológica aplicada a partir do mês de Outubro de 2010.

2.3 Gastos de depreciação e amortização

O crescimento de 6,6%, com relação a 2010, relaciona-se com a capitalização dos investimentos que se encontravam em curso em 2010, bem como dos adicionais realizados em 2011.

2.4 Gastos com pessoal

O crescimento de 5,1% face a 2010 deveu-se, essencialmente, à actualização salarial a uma taxa de 2,1% e a contratação de pessoal a nível intermédio, essencialmente, nos três últimos meses de 2011. O número médio de trabalhadores que laborou durante o ano foi a mesma do ano 2010. Outro factor de crescimento desta rubrica tem a ver com o reajuste das estimativas de férias de 2011 a serem gozadas em 2012, acusando valores superiores a 2010.

Os encargos com o pessoal, também, cresceram (10,6%) face ao período homólogo.

2.5 Juros e perdas similares

Ao contrário do ano 2010, esta rubrica acusou uma diminuição de 13,9% face a 2010, contribuindo para este fato o decréscimo das diferenças de câmbio com o empréstimo BADEA, face a 2010, em cerca de 95% (5,5 mil contos).

3. *Resultados*

O resultado líquido de 15,038 mil contos, contra 78,8 mil contos do ano anterior, traduz uma perda na ordem de 80,9%, justificado, essencialmente, pela redução das vendas líquidas em detrimento do aumento dos Gastos de mercadorias vendidas e matérias consumidas, bem como redução de variação nos inventários de produção.

Note-se que o diferencial entre os resultados inicialmente previstos e os aqui relatados tem a ver essencialmente com (i) a diminuição das vendas líquidas de refrigerantes em 41,6%, (ii) diminuição do preço médio de vendas, em resultado do aumento dos descontos concedidos, (iii) perdas assumidas em inventários derivado de deterioração dos produtos acabados e matérias-primas, pelo prazo de validade (11,5 mil contos) e (iv) ajustamento da imparidade dos saldos de clientes considerados de cobrança duvidosa (4,2 mil contos).

A margem bruta decresceu 6%, ou seja, passou de 569,3 mil contos para os 535,4 mil contos, devido essencialmente a redução das vendas e variação de produção e do aumento dos gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas.

4. *Rácios*

Os principais indicadores de rendibilidade reflectem decréscimo do resultado líquido relacionado com comportamento das vendas e gastos em situação desfavorável com relação a 2010, como a seguir se discrimina:

A **rendibilidade líquida das vendas** decresceu em 80,8%, passando de 0,11 em 2010 para 0,02 em 2011. A **rendibilidade dos capitais próprios** e do **activo** conheceram, também, decréscimos na ordem dos 78,5% e 80,66%, respectivamente, passando de 0,27 e 0,09 para 0,06 e 0,02. As razões dessas variações estão relacionadas com a redução significativa do resultado líquido.

Os rácios de **risco financeiro**, igualmente tiveram evoluções negativas, com a **solvabilidade** a registar uma variação negativa de 13,9%, passando de 0,45 para 0,39 e a **autonomia financeira** passando de 0,31 para 0,28, decrescendo assim 10,03%. Na base estão os efeitos conjugados da diminuição do capital próprio, em consequência da diminuição do resultado líquido, e do aumento do passivo.

Os rácios de liquidez sofreram também alterações negativas, passando a **liquidez geral** de 1,03 para 0,96, com uma diminuição na ordem dos 6,6%, a **liquidez reduzida** de 0,52 para 0,43 diminuindo 17,3% e a **liquidez imediata**, passa de 0,071 para 0,067, decrescendo 5,7%. Esta variação deve-se ao facto do passivo não corrente ter crescido numa proporção superior ao do activo corrente.

No referente aos rácios de financiamento constata-se que o ***debt equity ratio***, registou um aumento de 16,2%, passando de 2,2 para 2,58. O **grau de endividamento** aumenta de 0,69 para 0,72, traduzindo um aumento de 4,5% e as **estruturas de endividamento de MLP e de curto prazo**, variaram em -0,11% e 19,8%. O **peso dos encargos financeiros** diminuiu de 0,06 para 0,05, cerca de 18,7%, traduzindo uma evolução positiva, resultante, essencialmente, do efeito da diferença de câmbio desfavorável verificada na amortização do empréstimo BADEA num nível muito inferior com relação à 2010.

Finalmente os rácios de funcionamento também evidenciaram desvios favoráveis na **rotação do activo** e do **prazo médio de pagamento,** passando de 0,81 para 0,814 e 0,99 meses para 2,14 meses, aumentando na ordem de 0,47% e 115,4%, respectivamente. O **prazo médio de recebimento** teve um comportamento desfavorável, com um aumento 4,20%, passando de 1,19 meses para 1,24 meses.

D. Perspectivas para 2012

A performance em 2011 não foi positiva comparativamente a 2010. A empresa não atingiu as metas fixadas, tendo decrescido no segmento dos refrigerantes.

A empresa encontra-se correntemente em fase de completar uma reestruturação dos seus serviços comerciais após uma auditoria aos mesmos que detectou encontrar-se o serviço inadequado às exigências do mercado. Neste momento o serviço já contratou mais gestores de vendas adequando as estruturas às exigências do momento.

O serviço fabril encontra-se também em fase de reestruturação e implementação de um sistema capaz de medir a eficiência do sector e proporcionar de forma imediata medidas capazes de gerarem a produção necessária com a qualidade e ao menor custo possível para o consumidor.

A política de descontos da empresa encontra-se neste momento em fase de revisão, adequando-a melhor à concorrência, o que irá permitir melhor competitividade dos produtos no mercado e assim melhorar a sua performance. Outros instrumentos da política comercial serão igualmente adequados de forma a responder melhor às necessidades da empresa.

Com o desenvolvimento da contabilidade analítica a empresa deverá medir a sua eficácia na distribuição dos produtos nas diversas regiões do país e decidir por uma política que melhor sirva os interesses da empresa. Igualmente, a viabilidade das rotas e dos produtos serão estudados.

Apesar dos instrumentos de gestão não se encontrarem neste momento ainda aprovados, a empresa está a adequar a sua estrutura e métodos de forma a melhorar as vendas, adequando os seus gestores com as ferramentas necessárias. A previsão neste momento é de qua as condições para o próximo ano devam melhorar até o final do ano apesar de neste momento ainda nos refrigerantes não se estar a notar boas melhorias.

E. Considerações finais

As metas globais fixadas para 2011 não foram atingidas. Problemas diversos, aqui referidos, estiveram na origem deste desempenho, dos quais se destacam a fraca competitividade demonstrada pela empresa perante a sua maior concorrente, em termos de política de descontos e *merchandising*.

A empresa continua a trabalhar arduamente no sentido de melhorar ainda mais a performance de gestão.

A direcção e os colaboradores devem o seu grato reconhecimento aos fornecedores, clientes e consumidores que acreditaram na Tecnicil Indústria e na sua dedicação pela qualidade e vontade de bem servir. Tudo a direcção e os colaboradores irão fazer para que os clientes continuem a preferir a Tecnicil Indústria e os seus produtos.

F. Proposta de aplicação de resultados

A Tecnicil Indústria, SA., registou, no exercício de 2011, um resultado líquido de 15.029.411$00 (Quinze milhões, vinte e nove mil, e quatrocentos e onze escudos).

Face aos resultados obtidos, a solidez financeira e às expectativas de crescimento a médio prazo, propõe o Conselho de Administração a seguinte aplicação de Resultados:

5% para Reserva Legal	751.471$00
35% para Outras Reservas	5.260.294$00
60% para Dividendos	9.017.646$00

Praia, 18 de Maio de 2012

O Conselho de Administração

G. Elementos de prestação de contas

TECNICIL INDUSTRIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA
SEDE: ACHADA DE SANTO ANTONIO - PRAIA
NIF: 200252038

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

	Data de referência		
	31-12-2011		31-12-2010
	Notas	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3		
Terrenos e recursos naturais		9 342	9 342
Edifícios e outras construções		229 035	238 706
Equipamento básico		292 352	350 257
Equipamento de transporte		59 697	46 430
Equipamento administrativo		14 367	18 668
Outros activos fixos tangíveis		37 639	29 133
Programas de computador	4	3 882	7 970
Participações financeiras — outros métodos	5	7 678	-
Total do activo não corrente		**653 991**	**700 506**
Activo corrente			
Inventários	6		
Mercadorias		13 000	-
Produtos acabados e intermédios		29 658	28 594
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		93 092	80 627
Outros produtos de consumo		5 130	-
Clientes	7	63 250	63 005
Adiantamentos a fornecedores	13	5 195	4 579
Accionistas sócios		-	1 500
Outras contas a receber	8	27 571	27 341
Diferimentos		1 480	1 224
Caixa e depósitos bancários	9	17 773	15 235
Total do activo corrente		**256 149**	**222 104**
Total do activo		**910 140**	**922 610**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio	10		
Capital realizado		85 800	85 800
Reservas legais		13 203	9 263
Outras reservas		140 396	112 812
Resultados transitados		-	-
Resultado líquido do período		15 029	78 810
Total do capital próprio (antes de interesses minoritários)		**254 428**	**286 685**
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		**254 428**	**286 685**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11	15 960	15 960
Financiamentos obtidos	12	373 240	404 197
Total do passivo não corrente		**389 200**	**420 157**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	81 930	57 128
Adiantamentos de clientes	7	8	6
Estado e outros entes públicos	14	15 020	17 097
Acionistas/sócios	15	20 038	2
Financiamentos obtidos	12	73 442	92 950
Outras contas a pagar	16	76 074	48 584
Total do passivo corrente		**266 512**	**215 767**
Total do passivo		**655 712**	**635 924**
Total do capital próprio e do passivo		**910 140**	**922 610**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

TECNICIL INDUSTRIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA
SEDE: ACHADA DE SANTO ANTONIO - PRAIA
NIF: 200252038

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 1 DE JANEIRO DE 2010 A 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

		PERIODO	
		2011	2010
	Notas	Valores	Valores
Vendas	17	741 044	747 675
Variação nos inventários de produção	18	11 173	14 792
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	19	(216 845)	(193 140)
Resultado operacional bruto		**535 372**	**569 327**
Fornecimentos e serviços externos	20	(228 181)	(230 188)
Valor acrescentado bruto		**307 192**	**339 139**
Gastos com o pessoal	21	(104 795)	(99 677)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	22	(7 022)	(2 251)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	(4 240)	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	(3 000)
Outros rendimentos e ganhos	24	3 280	15 096
Outros gastos e perdas	25	(15 047)	(8 109)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		**179 368**	**241 198**
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	26	(127 437)	(119 522)
Perdas/reversões por Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis		9	-
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		**51 940**	**121 676**
Juros e ganhos similares Obtidos Juros e perdas similares suportados	27	(36 911)	(42 866)
Resultado antes de Impostos		**15 029**	**78 810**
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**15 029**	**78 810**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		15 029	78 810
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico (Escudos)	28	175	919

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

TECNICIL INDUSTRIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA
SEDE: ACHADA DE SANTO ANTONIO - PRAIA
NIF: 200252038

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E
1 DE JANEIRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

DESCRIÇÃO		Notas	Capital próprio atribuido aos detentores do capital					
			Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado liquido do período	Total
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2010	1		85 800	5 696	95 892	(6 084)	43 489	224 793
ALTERAÇOES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período							78 810	78 810
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	-	78 810	78 810
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuição (dividendos)			-	-	-	-	(16 918)	(16 918)
	3		-	-	-	-	16 918	16 918
OUTRAS OPERAÇÕES								-
Aplicação de resultados do ano anterior				3 568	16 919	6 084	(26 570)	-
	4		-	3 568	16 919	6 084	26 570	-
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2010	1+2+3+4		85 800	9 263	112 811		78 810	286 685
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2011	1		85 800	9 263	112 811		78 810	286 685
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período			-	-	-	-	15 029	15 029
RESULTADO EXTENSIVO	2		-	-	-	-	15 029	15 029
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições (dividendos)		10	-	-	-	-	(47 286)	47 286
	3		-	-	-	-	(47 286)	(47 286)
OUTRAS OPERAÇÕES								-
Aplicação de resultados do ano anterior		10		3 941	27 584		(31 525)	-
	4		-	3 941	27 584	-	(31 525)	-
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2011	1+2+3+4		85 800	13 203	140 396		15 028	254 428

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

TECNICIL INDUSTRIA, SA
SEDE: ACHADA DE SANTO ANTONIO - PRAIA
NIF: 200252038

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 1 DE JANEIRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

	PERíODO		
		2011	2010
	Notas	Valores	Valores
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		835 483	857 261
Pagamentos a fornecedores		(502 698)	(535 776)
Pagamentos ao pessoal		(87 788)	(87 853)
Caixa gerada pelas operações		244 997	233 633
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 287)	-
Outros recebimentos/pagamentos		(76 794)	(54 234)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**166 915**	**179 399**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(51 317)	(102 851)
Activos intangíveis		(56)	(4 413)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**(51 372)**	**(107 264)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		38 280	47 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(76 032)	(51 923)
Juros e gastos similares		(35 509)	(35 833)
Dividendos		(25 750)	(18 419)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**(99 011)**	**(59 175)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		16 532	12 960
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 241	(11 719)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	**17 773**	**1 241**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

TECNICIL INDÚSTRIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, SA

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A Tecnicil Indústria, Sociedade Unipessoal, SA (adiante designada por Tecnicil Indústria ou Sociedade) foi criada em Dezembro de 1988 como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo sido, por escritura pública de 30 de Março de 2001, transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada. O capital social da Sociedade, integralmente realizado, no montante de mESC 85 800, anteriormente detido pela Tecnicil - Sociedade de Imobiliária e Construções, SA, foi, em Junho de 2008, adquirida pela Tecnicil SGPS, SA. Em Outubro de 2010 alienou a sua participação e actualmente a Sociedade é integralmente detida por pessoas individuais nacionais.

O objecto social da Tecnicil Indústria, definido pelos seus Estatutos, consiste no exercício da actividade industrial de produtos alimentares e de bebidas, designadamente a sua produção, comercialização, importação e exportação de produtos, maquinarias e equipamentos de apoio e fomento de serviços especializados a clientes relacionados com os sectores de actividades atrás referidos, podendo ainda adquirir, onerar e alienar participações em quaisquer outras sociedades, seja qual for o tipo e objecto social, em sociedades reguladas por leis especiais e poderá participar em formas de cooperação entre empresas comerciais, designadamente associação em participação, consórcios ou agrupamentos complementares de empresas.

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 18 de Maio de 2012.

1. Resumo das principais políticas contabilísticas adoptadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações

Os activos fixos tangíveis encontram-se expressos pelo respectivo custo de aquisição, o qual inclui o valor de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, líquido das respectivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas de imparidade (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico, outras máquinas e instalações	10% - 20%
Material de carga e transporte	12,5% - 20%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	8,33% - 25%
Taras e vasilhames	50%
Outros activos fixos tangíveis	8,33% - 25%

O processo de depreciação tem início no mês de entrada em exploração do bem.

1.2 Activos fixos intangíveis e amortizações

Representam o software informático PHC e são amortizados pelo método das quotas constantes ao longo de um período de 3 anos.

1.3 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais Os activos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo

nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva, sendo mensuradas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização esperado. Os principais critérios de valorimetria, utilizados de forma consistente com a prática de exercícios anteriores, são os seguintes:

Matérias primas subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra
Produtos acabados	Custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os gastos directos e indirectos de produção

O apuramento dos consumos é determinado segundo o método do custo médio.

Perdas de valor em inventários, apuradas por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, são objeto de ajustamentos (ver Nota 22).

1.5 Investimentos financeiros

Referem-se a uma participação de 0,56% detida na SITA – Sociedade Industrial de Tintas, mensurada ao custo de aquisição, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor.

1.6 Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor actual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 7 e 8).

A conta de clientes - cauções de embalagens a devolver, regista a crédito o valor que foi facturado a clientes a título de caução pelas embalagens (garrafões) fornecidas, sendo debitada aquando da devolução das mesmas.

Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

1.7 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de Caixa e depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos, sendo considerados como Caixa e Equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.8 Capital próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.9 Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respectivos custos de transacção quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.10 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

De Maio de 2005 até Março de 2007 a Sociedade encontrava-se abrangida pelo Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que nos termos do referido

Decreto-Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% pelo Orçamento Geral do Estado de 2009, com efeito retroactivo ao exercício económico de 2008 (até 2007: 30%).

Com a construção da nova fábrica, a Sociedade obteve da Direcção Geral de Indústria e Energia a Certidão de Licenciamento Industrial, a qual confere determinados incentivos e facilidades previstos na Lei, nomeadamente a isenção (i) de direitos, impostos de consumo e emolumentos gerais aduaneiros na importação de bens de equipamentos e matérias-primas, subsidiárias e de consumo e do (ii) Imposto Único sobre Rendimentos (IUR) até Março de 2012 e com início em Março de 2007.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2006 a 2010 podem vir a ser corrigidos.

Os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de três anos, após a sua ocorrência, e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.11 Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.12 Reconhecimento do rédito

Os rendimentos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador.

1.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo accionista.

1.14 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

(i) Risco cambial

Dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efectuadas as compras ao estrangeiro, (b) as vendas são realizadas essencialmente em Escudos de Cabo Verde, o risco cambial existente está associado aos financiamentos obtidos expressos em dólares Americanos. Não são efetuadas operações de cobertura cambial.

(ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem "swaps" de taxas de juro.

(iii) Risco de crédito

Sendo definidos limites de crédito para os clientes e dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

(iv) Risco de liquidez

Devido aos significativos investimentos efectuados nos últimos anos, a Sociedade tem vindo a recorrer a financiamentos de curto prazo para suprir as suas necessidades de tesouraria.

A informação relativa à liquidez em cada um dos anos, pode ser apresentada da seguinte forma:

	2011	2010
Passivo corrente	(266 512)	(215 767)
Ativo corrente	256 150	222 104
Fluxos de caixa das atividades operacionais	n/d	166 915
	(10 362)	173 252

Não se encontra disponível (n/d) informação sobre os fluxos de caixa das atividades operacionais para 2012, sendo, expetável, contudo, que venha superar significativamente os mESC 10 359, os quais se consideram suficientes para fazer face aos compromissos previstos para o exercício de 2012.

1.15 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transacção. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

1.16 Especialização de exercícios

Os ganhos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e ganhos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.17 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias actuais.

1.18 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Caboverdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao

do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica Outras contas a pagar (ver Nota 16).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

NOTA 2 - FLUXOS DE CAIXA

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa, assim como os apoios de tesouraria de curto prazo, obtidos ou concedidos de Bancos ou de Empresas do Grupo.

Na Nota 9 é apresentada a conciliação do saldo de Caixa e depósitos bancários no Balanço e o saldo de Caixa e Equivalentes da Demonstração de Fluxos de Caixa.

A Demonstração de fluxos de caixa referente ao exercício de 2011 foi elaborada pelo método direto. Os valores apresentados para efeitos comparativos referentes ao exercício de 2010, cuja Demonstração havia sido elaborada pelo método indireto, foram igualmente elaborados pelo método direto.

NOTA 3 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante o exercício nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2010							
Valor de aquisição	9 342	207 496	576 852	96 439	30 102	40 814	961 045
Depreciação acumulada	-	(13 221)	(179 665)	(32 850)	(10 263)	(19 156)	(255 155)
Valor escriturado	**9 342**	**194 275**	**397 187**	**63 589**	**19 839**	**21 658**	**705 890**
VARIAÇÕES EM 2010							
Valor liquido inicial	9 342	194 275	397 187	63 589	19 839	21 658	705 890
Aquisições	-	53 234	29 149	-	4 711	8 947	96 041
Investimentos em curso	-	-	918	-	-	6 885	7 803
Depreciação do exercicio	-	(8 803)	(75 588)	(17 159)	(5 882)	(8 351)	(115 783)
Valor liquido	**9 342**	**238 706**	**350 257**	**46 430**	**18 668**	**29 133**	**692 535**
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2010							
Valor de aquisição	9 342	260 730	605 510	96 439	34 813	56 640	1 063 474
Depreciação acumulada	-	(22 024)	(255 253)	(50 009)	(16 145)	(27 507)	(370 938)
Valor escriturado	**9 342**	**238 706**	**350 257**	**46 430**	**18 668**	**29 133**	**692 535**
VARIAÇÕES EM 2011							
Valor liquido inicial	9 342	238 706	350 257	46 430	18 668	29 133	692 535
Aquisições	-	-	7 570	29 776	2 032	19 515	58 893
Investimentos em curso	-	758	13 003	-	-	1 650	15 411
Alienações/correccoes - valor de aquisição	-	-	(1 040)	-	-	(755)	(1 795)
Depreciação do exercicio	-	(10 429)	(77 449)	(16 559)	(6 283)	(11 904)	(122 625)
Valor liquido	**9 342**	**229 035**	**292 352**	**59 697**	**14 367**	**37 639**	**642 432**
POSIÇÃO A 30 DE JUNHO DE 2011							
Valor de aquisição	9 342	261 488	625 043	126 215	36 845	77 050	1 135 983
Depreciação acumulada	-	(32 453)	(332 691)	(66 518)	(22 478)	(39 411)	(493 551)
Valor escriturado	**9 342**	**229 035**	**292 352**	**59 697**	**14 367**	**37 639**	**642 432**

Em 2011, as principais adições verificadas compreendem, essencialmente, (i) em Equipamentos de transportes, a aquisição de 4 viaturas comerciais, quatro viaturas para distribuição e três empilhadoras, uma em estado novo e recuperação de duas antigas (mESC 29 776), (ii) em Investimentos em curso, a construção da linha "Bag in Box" (mESC 13 447), (iii) em Equipamento básico, a quisição de uma máquina sopradora (mESC 6 649) e (iv) Outros ativos fixos tangíveis, a aquisição de mesas e cadeiras em polipropileno (mESC 11 653), vasilhames de 19 litros (mESC 6 435) e equipamentos e ferramentas diversos para o laboratório de qualidade (mESC 5 785).

Em 2010, os acréscimos verificados prendiam-se, essencialmente, com (i) construção do armazém na ilha da Boavista (mESC 48 489), (ii) construção do muro de vedação da fábrica de Trindade (mESC 3 418), (iii) aumento da capacidade da linha de engarrafamento (mESC 29 149), (iv) aquisição de equipamentos e mobiliários diversos para a Delegações e Sede (mESC 4 609) e (v) aquisição de vasilhames e outros utensílios (mESC 5 049).

Conforme se refere na Nota 12, os seguintes bens encontram-se penhorados, como garantia dos financiamentos obtidos:

	mESC
Equipamentos da linha de enchimento	184 771
Terreno e edíficio da Fábrica	85 737
Armazém da fábrica	68 904
Armazém da Boavista	45 580
Edificio da Sede	20 457
4 viaturas Caddy	6 280
	411 729

NOTA 4 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Representam o custo de mESC 14 865 (2010: mESC 14 142) da aplicação integrada de gestão PHC, deduzido das amortizações acumuladas no valor de mESC 10 983 (2010: mESC 6 172). As depreciações do exercício ascenderam a mESC 4 811 (2010: mESC 3 740).

NOTA 5 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a 3 500 ações da SITA – Sociedade Industrial de Tintas, SARL, representativas de 0,56% do capital, adquiridas em 2011 a um cliente, através de encontro de encontro de contas com as dívidas deste para com a Sociedade.

As informações financeiras dessa participada, referentes ao exercício de 2011, resumem-se como segue:

	mESC
Total do activo	1 295 765
Total do passivo	493 049
Capital Próprio	802 716
Rendimentos	782 984
Resultado líquido	66 161

A SITA tem sede social na cidade da Praia, Cabo Verde

NOTA 6 - INVENTÁRIOS

	mESC	
	2011	2010
Mercadorias		
Inventário em armazém	8 482	
Mercadorias em trânsito	4 518	-
	13 000	-
Produtos acabados e intermédios		
Produtos acabados em armazém	30 313	30 670
Perdas por imparidade acumuladas	(655)	(2 077)
	29 658	28 594
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Inventário em armazém	71 914	60 691
Inventário em trânsito	27 720	20 111
Perdas por imparidade acumuladas	(6 542)	(175)
	93 092	80 627
Outros produtos de consumo		
Peças de reposição	5 130	-
	140 880	109 221

Os movimentos ocorridos, em 2011 e 2010, nas perdas por imparidades acumuladas resumem-se como se segue:

	mESC	
	2011	**2010**
Produtos acabados e intermédios		
Saldo inicial	(2 077)	-
Utilização	2 077	-
Aumento	(655)	(2 077)
Saldo final	(655)	(2 077)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Saldo inicial	(175)	-
Aumento	(6 367)	(175)
Saldo final	(6 542)	(175)

Os saldos em 31 de Dezembro de 2011 são considerados adequados face às perdas de valor dos inventários, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial.

NOTA 7 - CLIENTES

O saldo a receber de clientes compreende:

	mESC	
	2011	2010
Saldos devedores		
Clientes conta corrente		
Supermercado Calú e Angela	16 979	10 125
Gomirmãos	4 235	961
TACV	3 272	3 025
Importex	3 071	351
Casa Comercial Lucindo Pires	2 108	1 604
Fenacoop	1 890	937
Bento Sa	1 217	-
Gonçalves Lobo e Filhos	1 001	1 001
Mario Duarte Lopes Filhos Lda	956	-
Sítio, Lda.	909	909
CAZU Lda	747	-
Grupo Setu SGDA Representação	721	1 656
Minimercado Holandesa	710	118
Minimercado Carlos Nunes	673	1 477
Centro Comercial Fenicia	387	1 609
Casa Felicidade	166	7 718
Irmãos Correia	-	2 105
Manuel Gomes dos Anjos e Filhos	-	1 474
Outros, de valor individual reduzido	48 497	45 819
	87 539	80 890
Clientes - Partes relacionadas		
Tecnicil Imobiliária	131	1 679
Tecnicil Trading	92	33
Tecnicil Hotels & Resorts	80	55
Tecnicil Construções	-	2 245
Tecnicil SGPS	-	118
	303	4 130
Clientes embalagens a devolver	(15 811)	(11 444)
	72 031	73 576
Menos:		
Perdas por imparidades acumuladas	(8 781)	(10 571)
	63 250	63 005
Saldos credores		
Clientes conta corrente	8	6

O saldo credor da rubrica Clientes embalagens a devolver representa o contravalor do vasilhame retornável (garrafões) que, à data do balanço, se encontrava facturado e na posse dos clientes.

As perdas por imparidade acumuladas foram utilizadas em mESC 5 183 e reforçadas em mESC 3 393. O saldo em 31 de Dezembro de 2011, apurado segundo critérios de gestão e de avaliação comercial, é considerado adequado face aos riscos efectivos de cobrança.

NOTA 8 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

	mESC	
	2011	**2010**
Sacallo & Contijoch	25 056	25 056
SCC - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas	1 082	-
Pessoal	149	245
Outros	1 569	1 153
	27 856	26 454
Partes relacionadas		
Tecnicil Trading (ver Nota 30)	325	325
Tecnicil SGPS (Ver Nota 30)	237	562
	562	887
	28 418	27 341
Menos:		
Perdas por imparidades acumuladas	(847)	-
	27 571	27 341

O saldo a receber da Sacallo & Contijoch, SL, relaciona-se com (i) pagamentos efectuados por conta deste fornecedor relativos a serviços e peças para a nova fábrica, no montante de cerca de mESC 11 300, e (ii) adiantamentos efectuados, no montante de cerca de mESC 2 300 e (iii) outros débitos efectuados em 2008, no valor de mESC 11 046, por incumprimento de cláusulas contratuais atribuído à Sacallo, os quais foram, entretanto, objecto de provisão (ver Nota 11).

Este saldo, bem como o saldo credor de mESC 23 094 evidenciado na rubrica de Credores por fornecimento de investimentos (ver Nota 16) encontram-se em discussão entre as partes, razão pela qual não registaram quaisquer movimentos.

O saldo a receber da SCC – Sociedade Central de Cervejas e Bebidas relaciona-se com pagamentos e entregas de produtos efetuados por conta desta entidade.

As perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas em 2011, relacionam-se com irregularidades na tesouraria ocorridas na Delegação do Sal da responsabilidade de uma ex-funcionária, cuja recuperação se afigura incerta (ver Nota 23).

NOTA 9 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	mESC	
	2011	2010
Caixa	2 591	8 784
Depósitos à ordem		
° Banco Comercial do Atlântico	4 768	3 189
° Banco Espírito Santo - Cabo Verde	4 530	-
° Banco Caboverdiano de Negócios	1 795	1 017
° Banco Interatlântico	1 491	676
° Caixa Económica de Cabo Verde	1 371	-
° Banco Africano de Investimento	1 226	1 568
	15 181	6 451
Total de disponibilidades	17 773	15 235
Descobertos bancários	-	(13 994)
Caixa e equivalentes nos fluxos de caixa	17 773	1 241

O saldo de Caixa compreende mESC 2 497 (2010: mESC 8 479) referentes a cobranças dos últimos dias do ano, depositadas em Janeiro do ano seguinte, e mESC 94 correspondentes ao fundo de maneio (2010: mESC 305).

O valor relativo aos descobertos bancários encontra-se incluído na rubrica de financiamentos obtidos (Nota 12).

Os outros recebimentos/pagamentos da actividade operacional no valor de mESC 76 794 (2010: mESC 54 234), evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionam-se, essencialmente, com o pagamento do IVA no montante de mESC 70 203 (2010: mESC 50 488).

NOTA 10 - CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2011 e em 2010 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital da Sociedade em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, integralmente realizado, ascende a mESC 85 800 e é detido em 100% por entidades nacionais.

De acordo com os estatutos, pelo menos 5% do resultado líquido anual deverá ser afecto à constituição da Reserva legal até que se atinja, no mínimo, 20% do capital social.

As reservas legais só podem ser utilizadas (i) para cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) para cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas, (iii) para incorporação no capital estatutário.

As Outras reservas são constituídas por reservas livres e encontram-se disponíveis para distribuição aos accionistas.

O resultado líquido de 2010 no valor de mESC 74 810 teve a seguinte aplicação:

	mESC
Reserva legal	3 941
Reservas livres	27 584
Dividendos	47 286
	78 810

NOTA 11 - PROVISÕES ,

O saldo compreende, essencialmente, (i) mESC 11 460 - constituída em 2008 - referentes a valores debitados à Sacallo e Contijoc (ver Nota 8) e (ii) mESC 3 000, constituída em 2010, respeitantes a litígios em que a Sociedade é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço, relacionados com custas de um processo litigioso em curso, baseado em informações do advogado.

NOTA 12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O saldo decompõe-se como segue (em mESC):

		2011			2010		
		Correntes	Não correntes	Total	Correntes	Não correntes	Total
Empréstimos bancários							
Estado de Cabo Verde							
- Empréstimo de Retrocessão	A	28 745	24 981	53 727	24 247	48 494	72 740
Caixa Económica de Cabo Verde	B						
Financiamento - mESC 85.000		10 731	40 219	50 950	9 909	50 950	60 859
Financiamento - mESC 70.000		8 833	33 460	42 294	8 116	42 294	50 410
Financiamento - mESC 62.000		6 763	43 226	49 989	6 245	49 989	56 234
Financiamento - mESC 47.000		3 323	40 639	43 962	3 038	43 962	47 000
Financiamento - mESC 16 450		1 910	10 074	11 983	1 777	11 983	13 760
Financiamento - mESC 15 000		4 662	9 236	13 898	20 000		20 000
Descoberto (DO)				-	13 994	-	13 994
Banco Espírito Santo Cabo Verde	C						
Financiamento - mESC 17 000		3 579	13 421	17 000	-	-	-
Financiamento - mESC 6 280		1 256	5 024	6 280	-	-	-
Banco Caboverdiano de Negócios	D	1 752	-	1 752	2 178	1 751	3 929
		71 555	**220 281**	**291 836**	**89 504**	**249 423**	**338 926**
Mercados de Valores Mobiliários - Empréstimos por obrigações	E						
Banco Africano de Investimentos		-	73 261	73 261	-	73 261	73 261
Banco Comercial do Atlântico		-	40 557	40 557	-	40 557	40 557
Banco Interatântico		-	30 627	30 627	-	30 627	30 627
Caixa Económica de Cabo Verde		-	4 615	4 615	-	4 615	4 615
Banco Caboverdiano de Negócios		-	940	940	-	940	940
		-	**150 000**	**150 000**	**-**	**150 000**	**150 000**
Partes relacionadas							
Tecnicil Imobiliária	F	1 887	2 959	4 846	3 446	4 774	8 221
Total de Empréstimos		**73 442**	**373 240**	**446 682**	**92 950**	**404 197**	**497 147**

A - Estado de Cabo Verde

Empréstimo de retrocessão

Corresponde à parcela remanescente de um empréstimo no valor máximo de 1 750 mil dólares dos Estados Unidos da América, concedido em Abril de 2005 pelo BADEA - Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África ao Estado de Cabo Verde que, em Julho de 2005, o cedeu à Sociedade para o financiamento da nova fábrica.

O empréstimo, titulado e reembolsável em dólares dos Estados Unidos da América, vence juros à taxa anual de 5% sobre o montante desembolsado e não

reembolsado e é amortizado em 12 prestações semestrais e iguais, após 2 anos de carência, tendo vencido a primeira em Fevereiro de 2008.

Para garantia do empréstimo a Sociedade aceitou constituir hipoteca a favor do Estado de Cabo Verde no valor correspondente aos equipamentos a adquirir, cujo valor global contabilístico à data do balanço ascende a mESC 56 972.

B - Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento – mESC 85 000

O saldo corresponde à parcela remanescente de um empréstimo no montante de mESC 85 000 contratado em Janeiro de 2006, destinado à construção da nova fábrica de engarrafamento de água. Vence juros à taxa anual de 8% e é amortizado em 96 prestações mensais e iguais de mESC 1 202, englobando capital e juros, com início em Março de 2008.

Para garantia do empréstimo, a Sociedade aceitou constituir hipoteca do terreno e do imóvel a ser construído, cujo valor global contabilístico à data do balanço ascende a mESC 85 737 (ver Nota 3).

Financiamento – mESC 70 000

O saldo corresponde à parcela remanescente de um empréstimo no montante de mESC 70 000 contratado em Janeiro de 2006, destinado à construção da nova fábrica de engarrafamento de água. Vence juros à taxa anual de 8,5% e é amortizado em 96 prestações mensais e iguais de mESC 1 007, englobando capital e juros, com início em Março de 2008.

Para garantia do empréstimo, foi subscrita uma livrança pela Sociedade e avalizada pela Tecnicil Imobiliária, SA.

Financiamento – mESC 62 000

O saldo corresponde á à parcela remanescente de um empréstimo no montante de mESC 62 000 contratado em Junho de 2009, destinado exclusivamente á construção de armazém contíguo á fábrica de Trindade. Vence juros à taxa anual de 8% e é amortizado em 96 prestações mensais e iguais de mESC 876, englobando capital e juros, com início em Janeiro de 2010.

Para garantia do empréstimo, foi constituída uma hipoteca unilateral sobre o armazém descrito acima, cujo valor contabilístico à data do balanço ascende a mESC 68 904 (ver Nota 3).

Financiamento – mESC 47 000

O saldo corresponde á utilização de um empréstimo contratado em Dezembro de 2010, destinado exclusivamente á construção de armazém Comercial na Ilha da Boavista. Vence juros à taxa anual de 9% e é amortizado em 120 prestações mensais e iguais de mESC 595, englobando capital e juros, com início em Janeiro de 2011.

Para garantia do empréstimo, foi constituída uma hipoteca unilateral sobre o armazém descrito acima, cujo valor contabilístico à data do balanço ascende a mESC 45 580 (ver Nota 3).

Financiamento – mESC 16 450

O saldo corresponde à um empréstimo no montante de mESC 16 450 contratado em Abril de 2009, destinado exclusivamente ao pagamento do valor da compra de duas frações autónomas de um prédio, localizado em Achada S. António. Vence juros à taxa anual de 7,25%, ajustável durante a vigência do contrato, e é amortizado em 96 prestações mensais e iguais de m ESC 226, englobando capital e juros, com início em Maio de 2009.

Para garantia do empréstimo, foi constituída uma hipoteca unilateral sobre o prédio descrito acima, cujo valor contabilístico à data do balanço ascende a mESC 20 457 (ver Nota 3).

Financiamento – mESC 15 000

Corresponde ao valor remanescente da conta corrente caucionada no montante de mESC 20 000, concedido em Março de 2010, convertido em crédito de renda por um período de 36 meses, em prestações de mESC 477. Vence juros á taxa de 9%.

Para garantia do financiamento, foi subscrita uma livrança pela Sociedade e avalizada pela Tecnicil SGPS, SA.

Descoberto bancário - mESC 13 994

Em 2010, correspondia ao descoberto verificado na conta de depósito a ordem.

C – Banco Espírito Santo Cabo Verde

Financiamento – mESC 17 000

O saldo corresponde a um empréstimo no montante de mESC 17 000, contratado em Setembro de 2011, destinado à instalação de uma unidade de venda de refrigerantes em sistema "Bag in Box". Vence juros à taxa equivalente

a Euribor 3M mais Spread de 6,3%, e é amortizado em 60 prestações mensais constantes de capital de mESC 298 , incluindo o período de carência de 3 meses.

Como garantia do financiamento, foi subscrita uma livrança em branco pela Sociedade.

Financiamento - mESC 6 280

O saldo corresponde a um empréstimo no montante de mESC 6 280 contratado em Dezembro de 2011, destinado à aquisição de 4 viaturas comerciais. Vence juros à taxa equivalente a Euribor 3M mais Spread de 6,3% é amortizado em 60 prestações mensais constantes de capital de mESC 105.

Como garantia do financiamento, foi subscrita uma livrança em branco pela Sociedade e a hipoteca das viaturas financiadas.

D – Banco Caboverdiano de Negócios

Financiamento - mESC 9 920

O saldo corresponde à parcela remanescente de um empréstimo até ao montante de mESC 9 920 contratado em Agosto de 2007, destinado à aquisição de duas viaturas. Vence juros à taxa anual de 8% e é amortizado em 60 prestações mensais e iguais de mESC 201, englobando capital e juros, com início em Março de 2008.

Para garantia do empréstimo, foi subscrita uma livrança pela Sociedade e avalizada pela Tecnicil Imobiliária, SA.

D - Empréstimo Obrigacionista

A Sociedade procedeu, em 2009, a uma Oferta Particular de Subscrição e de admissão à negociação na Bolsa de Valores de Cabo Verde de 150 000 obrigações ordinárias, escriturais, de valor nominal de ESC 1 000 cada, subscritas pelos bancos identificados.

Os principais termos e condições dos empréstimos resumem-se como segue:

(i) Maturidade de cinco anos, com liquidação integral do empréstimo no final da maturidade.
(ii) Taxa de juro fixa de 7,5%.
(iii) O pagamento de juros efectuar-se-á semestral e postecipadamente.
(iv) Destinam-se ao co-financiamento do projecto de expansão de capacidade produtiva consistindo, basicamente na aquisição de equipamentos para instalação de uma linha completa de enchimento de água de mesa.

(v) Promessa de penhor mercantil de primeiro grau, sobre os equipamentos no valor de mESC 184 771.

A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, na data de pagamento do 10º cupão, o qual ocorrerá em 2014.

E - Tecnicil Imobiliária

O saldo desta rubrica representa o valor remanescente de um empréstimo concedido à Sociedade para reforço de tesouraria e para aquisição de uma viatura. Vence juros à taxa anual de 9,5% e é amortizado em 84 prestações mensais e iguais de mESC 185, englobando capital e juros, com início em Março de 2007. À data do balanço, uma prestação vencida encontrava-se em atraso (ver Nota 30).

NOTA 13 - FORNECEDORES

		mESC	
		2011	2010
Fornecedores c/ gerais			
Logoplaste Mealhada	(i)	19 461	13 340
JM - Importação e Rep.de Produtos	(ii)	11 185	-
SCC - Sociedade Central de Cervejas	(iii)	9 156	-
Electra, S.A.	(iv)	5 194	3 023
Tectil	(v)	4 197	-
Azolab, Lda	(vi)	3 761	4 745
SBA Europe, Unipessoal	(vii)	3 086	-
SIPA S.p.A - Plastic Packaink Systm	(viii)	1 811	3 895
Enacol	(ix)	1 734	510
Dohler Natura Food e Beerage Ingr	(x)	-	4 202
Deloitte Consultores, SA	(xi)	-	3 413
Bericap	(xii)	-	2 834
Outros, de valor individual reduzido		22 345	19 902
		81 930	55 864
Partes relacionadas			
Tecnicil SGPS, SA	(xiii)	-	1 264
		81 930	57 128
Adiantamentos a fornecedores		5 195	4 579

(i) **Logoplaste Mealhada**

A dívida a pagar a este fornecedor relaciona-se com o fornecimento de pré-formas.

(ii) **JM, Lda**

O valor a pagar a este fornecedor relaciona-se com o fornecimento de açúcar.

(iii) **SCC – Sociedade Central de Cervejas e Bebidas**

O saldo corresponde a fornecimento de cervejas, no âmbito do contrato de comercialização e distribuição de bebidas, celebrado entre as partes em 2011.

(iv) **Electra, S. A.**

A divida a pagar relaciona-se com o consumo de água e eletricidade.

(v) **Tectil, S. A.**

A divida a pagar relaciona-se com o fornecimento de filmes retráctil e estirável.

(vi) **Azolab, Lda**

A divida relaciona-se com o fornecimento de matérias-primas (cola quente e cola fria, cartões, plano para paletes e reagentes, etc.).

(vii) **SBA Europe, Unipessoal**

O saldo relaciona-se com prestação de serviços de consultoria empresarial, nomeadamente no diagnóstico do sector produtivo, diagnóstico do estado de maturidade atual do sistema de gestão global e avaliação dos recursos humanos da Tecnicil Indústria.

(viii) **Enacol**

A dívida relaciona-se com o fornecimento de combustível industrial e combustível para as viaturas.

(ix) **SIPA**

O saldo relaciona-se, essencialmente, com o fornecimento de peças sobressalentes para os equipamentos básicos da fábrica.

(x) **Dohler Natural Food & Beverage Ingr.**

O saldo em 2010 referia-se ao fornecimento de concentrados de cola, limão e laranja para produção de refrigerantes.

(xi) **Deloitte Consultores, SA.**

O saldo em 2010 relacionava-se com prestação de serviços de consultoria e implementação do sistema de custeio e rentabilidade ABC.

(xii) **BERICAP**

A divida em 2010 relacionava-se com o fornecimento de tampas para garrafas.

(xiii) **Tecnicil SGPS, SA**

O saldo em 2010 relacionava-se com prestações de serviços diversos de gestão (ver Nota 30).

NOTA 14 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O saldo à data do balanço decompõe-se como segue:

	mESC	
	2011	**2010**
IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado	11 074	12 450
INPS - Previdência Social	1 805	1 673
Imposto sobre o rendimento	161	1 448
Imposto Único sobre Rendimentos	1 980	1 526
	15 020	17 097

- **IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado**

Compreende (i) mESC 6 292 (2009: mESC 6 292) referentes ao período de Janeiro a Setembro de 2004, com exceção do mês de Fevereiro; a decisão da Sociedade de suspender o pagamento do IVA durante Janeiro a Setembro de 2004, insere-se no âmbito do pedido formulado pela Sociedade às autoridades competentes da não tributação em sede do IVA das vendas realizadas durante este período, pedido esse indeferido em Abril de 2012 (ver Nota 34); e (ii) mESC 4 790 referentes ao mês de Dezembro de 2011.

- **Imposto Único sobre Rendimento/Previdência Social**

Correspondem, essencialmente, ao processamento do mês de Dezembro das (a) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Sociedade para a previdência social para entrega ao Estado (c) e mESC 620 referente a notificação da DGCI sobre retenções não efetuadas nos exercícios de 2002 a 2007.

- **Imposto sobre o rendimento**

Compreende o valor remanescente do adicional de imposto sobre lucro do exercício económico de 2004 confirmado em 2009 pela Direção Geral de Contribuição e Impostos.

NOTA 15 - ACIONISTAS/SÓCIOS

O saldo em dívida à data do balanço refere-se ao valor remanescente dos dividendos de 2010, por pagar aos acionistas da Sociedade.

NOTA 16 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

		mESC	
		2011	2010
Credores por fornecimento de investimentos			
Sacallo & Contijoch	(i)	23 094	23 094
Cabo Verde Motors	(ii)	16 910	-
Tatxa	(iii)	473	-
SIPA	(iv)	219	1 793
AZOLAB	(v)	-	4 191
B&P	(v)	-	3 837
Tecnicil Construções, SA	(vi)	-	1 141
Outros		761	854
		41 457	34 910
Outros credores			
Taxa Ecológica	(vii)	15 228	-
Encargos com férias (ver Nota 1.17)		11 344	4 928
Juros dos empréstimos bancários (ver Nota 12)		2 422	1 750
Acréscimos de gastos		2 155	2 320
Especialização de juros do empréstimo do Estado de Cabo Verde (ver Nota 12)		1 514	1 503
Sinistros recebidos da Garantia - Companhia de Seguros		986	-
Juros a pagar à Tecnicil Imobiliária (ver Nota 30)		187	931
Outros a pagar à Tecnicil Construções (ver Nota 30)		-	1 640
Outros, de valor individual reduzido		781	603
		34 617	13 674
		76 074	48 584

(i) Sacallo & Contijoch

O saldo a pagar à Sacallo & Contijoc, SL, relaciona-se com o fornecimento de duas linhas de engarrafamento (ver Nota 8).

(ii) Cabo Verde Motors, SA

A dívida relaciona-se, essencialmente, com o fornecimento de 4 viaturas para distribuição.

(iii) Tatxa

O saldo relaciona-se com aquisição de jogos de estrelas para a rotuladora da linha de refrigerantes.

(iv) SIPA

O saldo representa o valor a pagar pelo fornecimento de peças para a sopradora da linha de água.

(v) Azolab/B&P

O saldo em 2010 representava faturas em dívidas pelo fornecimento de máquinas e peças para a linha de enchimento

(vi) Tecnicil Construção, SA

O saldo em 2010 relacionava-se com o remanescente do saldo em dívida referente à construção da nave industrial e escritório fabril.

(vii) Taxa Ecológica

O saldo relaciona-se a taxa ecológica devida na importação de taras (pré-formas). O pagamento é feito mensalmente, à medida que os produtos são colocadas no mercado interno.

NOTA 17 - VENDAS

	mESC	
	2011	**2010**
Mercadorias	6 333	785
Produtos Acabados		
Água engarrafada	424 295	358 697
Refrigerantes	255 912	328 312
Água para bebedouros	114 575	97 792
	794 782	784 801
Devoluções e descontos em vendas	(60 071)	(37 912)
	741 044	747 675

A diminuição das vendas na ordem de 1 % deve-se, essencialmente, ao efeito conjugado dos seguintes aspectos:

(i) Aumento e diminuição das vendas líquidas de água e refrigerantes em 14% e 24%, respetivamente;

(ii) Diminuição do preço médio de vendas derivado do aumento dos descontos e abatimentos concedidos em quantidades vendidas (cerca de 58%); e

(iii) Início da comercialização de cerveja sagres e água de luso (mercadorias) em 2011.

NOTA 18 - VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

O saldo desta rubrica calcula-se como segue:

	mESC	
	2011	**2010**
Saldo final (ver Nota 6)	30 313	30 670
Regularizações	11 530	3 384
Saldo inicial (ver Nota 6)	(30 670)	(19 262)
Variação de produção	11 173	14 792

As regularizações compreendem (i) mESC 6 527 referentes a produtos destruídos devido à expiração do prazo de validade e (ii) mESC 5 003 (2010: mESC 3 384) relativos a ofertas de produtos.

NOTA 19 - GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Por tipo de inventário, decompõem-se como segue:

	mESC	
	2011	2010
Mercadorias		
Inventário inicial (ver Nota 6)	-	-
Compras	22 021	-
Inventário final (ver Nota 6)	(13 000)	-
	9 021	-
Matérias primas		
Inventário inicial (ver Nota 6)	80 801	43 975
Compras	226 658	229 966
Inventário final (ver Nota 6)	(99 635)	(80 801)
	207 824	193 141
	216 845	193 140

NOTA 20 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	mESC	
	2011	2010
Transporte de inventario	49 169	47 896
Publicidade e propaganda	30 592	28 367
Electricidade	27 828	27 788
Conservação e reparação	23 265	25 509
Estudos e pareceres	20 782	22 901
Combustível e outros fluidos	15 082	10 299
Rendas e alugueres	11 649	16 200
Vigilância e segurança	5 359	4 125
Tábuas, taco, pregos p/ paletes	4 963	2 049
Trabalhadores eventuais	4 897	2 263
Deslocações e estadas	4 147	6 671
Plano cartão p/ paletes	3 806	2 675
Comunicação	3 768	3 497
Honorários	3 480	4 380
Seguros	3 260	3 463
Material de escritório	2 913	3 111
Outros fornecimentos diversos	2 189	4 449
Serviços bancários	2 085	2 661
Limpeza, higiene e conforto	1 968	3 707
Serviços de Contabilidade	1 380	2 970
Outros	5 599	5 207
	228 181	230 188

A ligeira redução desta rubrica relaciona-se, essencialmente, com uma continuada política de contenção de gastos imposta pela Administração, refletindo, essencialmente, o efeito conjugado de:

(i) Ligeiro acréscimo dos gastos de transportes de inventários resultante, essencialmente, do aumento dos gastos com fretes marítimos, relacionado com a reposição do "stock" de segurança nas delegações de S.Vicente, Sal e Boavista. Os gastos com fretes marítimos e com distribuição em camiões ascenderam a mESC 33 890 (2010: mESC 24 927) e mESC 15 236 (2010: mESC 19 839), respetivamente.

(ii) Aumento das rubricas de Publicidade e propaganda resultante, essencialmente, de campanhas publicitárias para a promoção da nova marca KUL.

(iii) Redução da rubrica de conservação e reparação associada à diminuição de reparações em 2011 face a 2010.

(iv) Redução de Rendas e alugueres devido essencialmente à construção de infraestruturas comerciais próprias, na ilha de Boa Vista e pelo facto da Sociedade passar a funcionar com o armazém comercial nas instalações da fábrica em Trindade

(v) Aumento da rubrica de combustíveis, essencialmente, devido ao aumento de rota das viaturas e ao maior consumo dos equipamentos fabris derivado do aumento de produção, associado ao aumento continuado do preço dos combustíveis.

(vi) A variação registada na rubrica de vigilância e segurança deve-se ao acréscimo de postos de vigilância nas instalações da fábrica.

A rubrica de estudos e pareceres compreende, essencialmente, trabalhos especializados relacionados com (i) a implementação da denominada "Metodologia ABS", que visa a identificação do potencial do desenvolvimento da Tecnicil Indústria, direcionada aos processos de venda e distribuição, ao sector produtivo e ao sistema de gestão global e avaliação dos recursos humanos (mESC 10 510), (ii) serviço de consultoria no quadro do projecto de implementação de ABC, no montante de mESC 5 607 (2010: mESC 7 603), (iii) serviços de consultoria diversos de mESC 2 069 (2010: mESC 2 137).

Em 2010, a rubrica incluía ainda trabalhos relacionados com a elaboração de um inquérito sobre a penetração no mercado de água (mESC 2 261).

NOTA 21 - GASTOS COM O PESSOAL

	mESC	
	2011	2010
Ordenados e salários	44 364	42 195
Remunerações adicionais	34 934	30 955
Remunerações dos corpos gerentes	3 584	4 527
Enc. sobre remunerações para a Previdência Social	11 275	10 199
Outras despesas com o pessoal	10 638	11 802
	104 795	99 677
Número médio de funcionários	103	103

O aumento registado na rubrica de Gastos com o pessoal relaciona-se, essencialmente, (i) atualização salarial e (ii) aumento das estimativas de encargos com férias não gozadas.

O saldo da rubrica de Remunerações adicionais decompõe-se como segue:

	mESC	
	2011	2010
Isenção de horário	7 621	6 735
Estimativa de encargos com férias	5 500	176
Horas extraordinárias	4 746	4 828
Prémios e gratificações	3 860	3 870
Subsídio de natal	3 283	3 215
Subsídio de transporte	2 690	2 664
Outros	7 233	9 507
	34 934	30 995

NOTA 22 - AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)

Conforme se refere na Nota 6, os ajustamentos de inventários em 2011 ascenderam a mESC 7 022 (2010: mESC 2 251). Não houve reversões em 2011.

NOTA 23 - IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Conforme se refere nas Notas 7 e 8, as perdas por imparidade de dívidas a receber ascenderam a mESC 4 240. Em 2010, não registaram qualquer movimento.

NOTA 24 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Compreendem, essencialmente, mESC 3 156 (2010: 11 207) de correções referentes a períodos anteriores relacionadas com anulação de saldos de fornecedores considerados não exigíveis. Em 2010, compreendia ainda correções de saldos credores de clientes, no montante mESC 3 115.

NOTA 25 - OUTROS GASTOS E PERDAS

	mESC	
	2011	2010
Imposto sobre valor acrescentado	751	-
Imposto de selo	696	1 155
Imposto circulação automóvel	119	122
Contribuição predial	86	17
Taxas	-	101
Outros	12	620
	1 664	2 015
Perdas em inventários	4 450	-
Desconto de pronto pagamentos concedidos	3 893	-
Donativos e gratificações não obrigatórias	3 434	1 051
Regularização de saldos devedores de anos anteriores	1 603	5 043
Outros	3	-
	13 383	6 094
	15 047	8 109

As perdas em inventários ascenderam a mESC 6 527 (ver Nota 18), dos quais mESC 4 450 reconhecidos em perdas (ver acima) e mESC 2 077 registados por contrapartida de ajustamentos em inventários (ver Nota 6).

NOTA 26 - GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O saldo de mESC 127 437 compreende mESC 122 625 (2010: mESC 115 783) de depreciação do exercício de activos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 4 811 (2010: mESC 3 740) de amortizações de activos intangíveis (ver Nota 4).

NOTA 27 - JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

Compreende, essencialmente, (i) mESC 35 695 (2010: mESC 36 283) referentes a juros de financiamento obtidos e (ii) mESC 273 (2010: mESC 5 741) referente a diferenças de câmbio desfavoráveis referentes ao financiamento obtido do BADEA, expresso em dólares Americanos (ver Nota 12).

NOTA 28 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

O resultado por acção básico é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número de acções, atendendo que não houve alterações no capital social durante o exercício de 2011, como segue:

	2011	2010
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	15 029	78 810
Número de acções	85 800	85 800
Resultado por acção básico (ESC)	175	919

NOTA 29 - GARANTIAS

As garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritos na Nota 12.

NOTA 30 - PARTES RELACIONADAS

(i) Os principais saldos e transações ocorridos em 2011 e 2010 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se como segue (em mESC):

	2011						
	Balanço					Transacções	
	Fornece	Contas a pagar	Contas a receber	Clientes	Emprés-timos	Vendas	Forn. e serv. externos
		(ver Nota	(ver Nota 8)		(ver Nota 12)		
Tecnicil SGPS	-	-	237	-	-	280	-
Tecnicil Imobiliária	-	(187)	-	131	(4 846)	713	-
Tecnicil Trading	-	(6)	325	92	-	27	-
Tecnicil Hotels & Resc	-	(3)	-	80	-	72	-
Tecnicil Construções	-	-	-	-	-	266	-
	-	(196)	562	303	- 4 846	1 358	-

	2010						
	Balanço					Transacções	
	Fornece	Contas a pagar	Contas a receber	Clientes	Emprés-timos	Vendas	Forn. e serv. externos
	(ver Nota	(ver Nota	(ver Nota 8)		(ver Nota 12)		
Tecnicil SGPS	(1 264)	-	562	118	-	526	(5 615)
Tecnicil Imobiliária	-	-	-	1 679	(8 221)	526	-
Tecnicil Trading	-	(6)	325	33	-	94	-
Tecnicil Hotels & Resc	-	(3)	-	55	-	72	-
Tecnicil Construções	-	(2 784)	-	2 245	-	1 120	(961)
	(1 264)	(2 793)	887	4 130	(8 221)	2 338	(6 576)

(ii) Não existem transacções com os Administradores.

(iii) As remunerações auferidas pela Administração ascenderam a mESC 6 356 (2010: mESC 4 899)

NOTA 31 - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO

Ver Nota 16.

NOTA 32 - RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências além das referidas nas Notas anteriores.

NOTA 33 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais.

NOTA 34 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Abril de 2012, a Direção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) considerou indeferido o recurso apresentado pela Sociedade relacionado com o IVA referente aos meses de Janeiro a Setembro de 2004 (ver Nota 14). Em consequência, mandou transferir para os cofres do Estado o montante em dívida (mESC 7 697), por penhora das contas bancárias da Sociedade. É entendimento da Sociedade que esta situação não se encontra ainda totalmente esclarecida, estando ainda em discussão com as autoridades competentes.

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer outro acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.

-:-:-:-:-:-:-:-

H. Relatório e parecer do Auditor Externo e do Fiscal Único

pwc

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Tecnicil Indústria, Sociedade Unipessoal, SA (adiante designada por Tecnicil Indústria ou Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 910 140 milhares de Escudos (mESC) e um total de capital próprio de mESC 254 428, incluindo um resultado líquido de mESC 15 029), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Rua Andrade Corvo, 17 - 1º Dtº, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Tecnicil Indústria, Sociedade Unipessoal, SA em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9 Sem alterar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, cumpre-nos realçar os seguintes aspetos:

9.1 O nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2010, emitido com data de 5 de maio de 2011, referia que, não sendo conhecida a decisão das autoridades competentes quanto à tributação ou não das vendas realizadas pela Sociedade no período de janeiro a setembro de 2004 em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), no montante de mESC 6 292 (ver Nota 29), não foi possível concluir sobre a exigibilidade daquele saldo, nem sobre a existência de eventuais penalizações, caso tal decisão viesse a ser desfavorável. Em março de 2012 a decisão das autoridades fiscais foi desfavorável, pelo que o referido saldo é efetivamente exigível, não sendo expetável que eventuais penalizações assumam valor significativo.

9.2 Permanece o diferendo com a Sacallo & Contijoch, cujos saldos evidenciados em Outras contas a receber e em Outras contas a pagar ascendem, conforme os registos contabilísticos da Sociedade em 31 de dezembro de 2011, a mESC 25 056 (dos quais mESC 11 046 se encontram provisionados) e mESC 23 094, respetivamente (ver Notas 8 e 16). Os valores reclamados pela Sociedade à Sacallo & Contijoch e por esta à Sociedade ascendem a cerca de mESC 29 000 e mESC 78 000, respetivamente. A informação disponível nesta data não permite determinar a natureza e extensão dos eventuais efeitos que a resolução do diferendo, prevista ser em processo de arbitragem, possa provocar nas demonstrações financeiras anexas da Sociedade.

29 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Tecnicil Indústria, Sociedade Unipessoal, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos o respetivo Relatório de Auditoria, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo (considerando o aspeto mencionado no Relatório de auditoria) permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, das alterações no capital próprio, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – sucursal em Cabo Verde
Rua Andrade Corvo, 17 - 1º Dtº, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde
Tel +238 261 5934/5 Fax +238 261 6028, www.pwc.com/cv
Matriculada na Conservatória dos Registos Prediais, Comerciais e Automóvel de Cabo Verde sob o nº 893, NIF 200119036

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades
que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes do Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

i) seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;

ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de maio de 2012

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados –
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.